

Congresso reage à aliança com governadores

BRASÍLIA — Até mesmo parlamentares de partidos que costumam garantir apoio ao governo criticaram o presidente Fernando Collor por buscar a ajuda dos governadores para promover mudanças na Constituição. O deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), por exemplo, afirmou que se o presidente quiser fazer qualquer alteração na Carta terá de procurar uma alian-

ça com deputados e senadores. "Os governadores não apitam nada no plano federal", disse. "Eles sequer conseguem seguir suas próprias bancadas." Collor pretende enviar emendas à Constituição promovendo um ajuste tributário, reformas na Previdência, alterações no tratamento dado ao capital estrangeiro e o fim da estabilidade dos funcionários públicos. Para isso,

o presidente espera contar com o apoio dos governadores que, a seu ver, poderiam influenciar as bancadas federais de seus Estados a aprovar as mudanças.

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) chegou a fazer um cálculo para demonstrar que a aliança entre o governo federal e os governos estaduais não dará certo. Se os 27 governadores derem seu apoio in-

condicional a Collor e todos os deputados dos partidos aos quais eles pertencem seguirem tal orientação, o presidente contará com uma bancada de apenas 144 parlamentares.

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) chegou a fazer um cálculo para demonstrar que a aliança entre o governo federal e os governos estaduais não dará certo. Se os 27 governadores derem seu apoio in-

mo no Espírito Santo, onde o

governador

Albuíno Azeredo

pertence ao PDT e todos os in-

tegrantes da bancada

são de outros partidos."

O líder do PMDB, Genebaldo

Correia (BA), disse que o par-

tido vai analisar as propostas

de emendas à Constituição

que o presidente enviar. Só

aquelhas consideradas dentro

dos princípios do partido, se-

rão apoiadas. As outras, não.

Genebaldo citou como exem-
plo das que serão discutidas
pelo PMDB a questão do capi-
tal externo e a reforma tribu-
tária. "Hoje, os tempos são ou-
tros e a realidade nos mostra
que devemos mudar nesses
campos", avaliou. "Mas não
temos razões para discutir o
fim da estabilidade do servi-
dor público antes da revisão
da Constituição, prevista pa-
ra 1993."